

\* 9 MAI 1988

4 • 0 PAIS

O GL

# O espaço de manobra

O ANO DE 1988 realmente não se apresenta como promissor em termos de crescimento econômico — por razões sobejamente conhecidas, que seria ocioso enumerar. No entanto, parece ainda cedo para afirmar-se, com base em estatísticas já disponíveis, que o Produto Interno Bruto encolherá, em comparação com o do ano passado.

O PRIMEIRO semestre de 1987 foi particularmente atípico, porque ainda refletiu o aquecimento de demanda decorrente do Plano Cruzado. As vendas do comércio se retrairam muito a partir de março daquele ano, mas o efeito sobre a indústria somente se acentuou a partir de maio e junho. Assim, os dados dos primeiros meses de 88, quando comparados com os de igual período de 87, tendem a mostrar um forte declínio.

É PROVÁVEL que essa situação se inverta no segundo semestre, quando a base de comparação estará bem mais compatível com a realidade atual do País. Além disso, na segunda metade do ano a economia estará sentindo mais os efeitos de mais uma safra recorde (que certamente irá gerar maior demanda de bens industriais no interior). É também no segundo semestre que se poderá melhor avaliar a reper-

cussão do aumento das exportações sobre a economia como um todo.

TUDO ISTO levado em conta, o desempenho da economia este ano será mais ou menos positivo dependendo da capacidade que o Governo revelar de conter o déficit público. Como não se cansa de repetir o ex-Ministro Mário Henrique Simonsen, tudo o mais na economia brasileira está hoje ligado ao controle do déficit. Sem êxito nesse capítulo crucial da política econômica, a inflação permanecerá alta, o acordo com os credores externos se tornará problemático e não haverá clima para retomada de investimentos por parte dos empresários privados.

NÃO É por acaso que o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, tem aceitado, estoicamente, o desgaste político decorrente de medidas que, em um primeiro momento, são impopulares, como a suspensão do pagamento da URP para funcionários públicos e de companhias estatais. O Ministro está consciente — e deve-se esperar que ele e o seu colega do Planejamento não sejam vozes isoladas no Governo — de que para o Governo não existe opção: adiar o combate ao déficit, ou fazê-lo timidamente, significa hiperinflação e caos econômico na certa.

UM DÉFICIT público do tamanho do que existe no Brasil, sem possibilidade de ser financiado, não será contido sem grande dose de sacrifício. Os servidores públicos estão pagando a sua parte; o restante da sociedade está sentindo no bolso o fim do subsídio do trigo; governadores e prefeitos estão sendo obrigados a adiar muitos de seus planos (traçados no calor da disputa eleitoral de 1986) porque os empréstimos dos órgãos oficiais de crédito foram "congelados" aos níveis de 31 de dezembro de 1987.

SEM DÚVIDA, há que haver flexibilidade na administração desses cortes, de maneira a não se suprimir hoje gastos que irão gerar despesas ainda maiores amanhã. O remanejamento dos cortes deve ser feito, porém, sem alterar a meta global de contenção do déficit em 4% do Produto Interno Bruto.

EM OUTRAS palavras, existe espaço de manobra, ainda que reduzido. Mas a meta da contenção não pode ser em hipótese alguma desprezada. Se o for, os economistas não precisarão perder tempo com projeções para o PIB deste ano ou dos próximos: de antemão poderão afirmar que a economia entrará em parafuso, tornando quaisquer estimativas meros exercícios acadêmicos.